

Considerações sobre sexualidade homoafetiva no Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM

Considerations about homoaffektive sexuality at the Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM

Carlen Fonseca Gonçalves

Professora e orientadora. Docente do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM. Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba – UNIUBE. Especialista em Gestão Empresarial com ênfase em Marketing pelo UNIPAM. Bacharel em Secretariado Executivo Bilíngue pelo UNIPAM.

E-mail: carlenfg@unipam.edu.br

Ezequiel Flavio de Sousa

Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

E-mail: flaviosousa12@outlook.com

Felipe Ferreira de Melo

Especialista em ‘Português: Língua e Literatura’ pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

E-mail: felipefmello@hotmail.com

Isabella Cristina Batista Oliveira

Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM. Pós-graduanda em ‘Comunicação Empresarial’ pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP.

E-mail: isabella.cbo29@gmail.com

Resumo: Apesar da abertura relativa e recente das pessoas a temáticas que tratam de questões de sexualidade homoafetiva, ainda existem pudores e preconceitos que intimidam o debate sadio do assunto em espaços que deveriam favorecê-lo, por exemplo, as universidades. É objetivo deste artigo levar a discussão do tema proposto às instituições de ensino superior, a partir de intervenções e experiências realizadas no UNIPAM. A aplicação de questionários e a revisão bibliográfica fundamentam este texto. A pesquisa fornece ao UNIPAM um diagnóstico sobre a relação da comunidade acadêmica com as questões de sexualidade homoafetiva. Esse diagnóstico tem o propósito de incentivar o Centro Universitário a promover ações que levem informação e esclarecimento sobre o tema aos seus públicos interno e externo. O artigo apresenta três eixos: história geral da homossexualidade; a homossexualidade no contexto brasileiro; e como a comunicação organizacional aliada ao jornalismo empresarial pode contribuir para as considerações sobre sexualidade homoafetiva em ambientes acadêmicos e incentivar reflexões sobre o tema.

Palavras-chave: Sexualidade. Homossexuais. Ensino Superior. Jornalismo. Comunicação organizacional.

Abstract: Despite of the relative and recent openness of people to themes that deal with the issues of homosexual sexuality, there are still modesty and prejudices that intimidate the healthy talks on the subject in spaces that should favor them, for example, universities. The objective of this article is to bring the discussion of proposal theme to institutions of higher learning, based on interventions and experiences carried out at UNIPAM. The application of questionnaires and the bibliographic review support this text. The research provides UNIPAM with a diagnosis of the relationship of the academic community with issues of homo-affective sexuality. This diagnosis is intended to encourage the University Center to promote actions that bring information and clarification on the topic to its internal and external audiences. The article presents three axes: general history of homosexuality; homosexuality at the Brazilian context; and how organizational communication combined with business journalism can contribute to considerations about homo-affective sexuality in academic environments and encourage reflections on the topic.

Keywords: Sexuality. Homosexuals. Higher education. Journalism. Organizational communication.

1 Aspectos históricos gerais da homossexualidade

Difícil precisar o início exato do surgimento da concepção de homossexualidade na história da humanidade. “Sabemos que as tribos das ilhas de Nova-Guiné, Fiji e Salomão, no oceano Pacífico, há cerca de dez mil anos, praticavam a homossexualidade como uma forma de ritual” (GOMES, 2013, p. 40). As próprias noções e variações de significado do termo homossexual ao longo do tempo dificultam a identificação de um marco histórico do qual se possa dizer que a homossexualidade tenha se originado.

Neste artigo, ao nos referirmos aos *homossexuais*, dirigimo-nos aos homens e mulheres gays. E o termo “gay”, por sua vez, é usado como equivalente a homossexuais. Devido ao limite de espaço e à necessidade de ampliar as fontes de pesquisa, optamos por não abranger outros demarcadores como as pessoas trans, intersexo, bi, queer e assexuais. Apesar de estes últimos também estarem inseridos na dinâmica homossexual como a tratamos aqui, eles demandam distinção no uso de termos e na abordagem de suas especificidades, de modo que buscamos evitar, na medida do possível, reducionismos conceituais que, na contramão da proposta deste arquivo, empobrecem as reflexões sobre o tema.

O termo “homossexual” foi criado em 1869 pelo austro-húngaro Karl Maria Kertbeny. Deriva do grego: *homos*, que significa semelhante, igual. Já sexualidade, segundo Passos (1999), se refere a como o sujeito vivencia a experiência do sexo sob todas as crenças e valores que ele possui a respeito do assunto. Portanto, partimos do pressuposto de que “homossexualidade é um ‘estilo’ de vida sexual compartilhado e vivenciado entre pessoas do mesmo sexo; enquanto a heterossexualidade é reconhecida por tratar da relação entre sujeitos de sexos diferentes”. (GUIMARÃES, 2009, p. 553-567).

Gomes (2013) indica que, na Grécia Antiga, práticas homossexuais eram comuns, principalmente entre mestres e aprendizes. Mott (1994) aponta que o culto ao belo, à força e à forma física masculina possuía caráter público e contava com a

admiração de homens que iam aos estádios olímpicos para contemplar o vigor dos atletas. No mesmo período, por volta de 600 a.C., temos a poetisa Safos, da Ilha de Lesbos, primeira e mais famosa lésbica dos documentos históricos, cujo nome deu origem à definição de lesbianismo para se referir à homossexualidade entre mulheres e cujas obras versavam sobre o amor entre figuras femininas.

Ainda segundo Mott (1994), a homossexualidade influenciou a filosofia, a política, a literatura, o esporte, a arte e a comunidade grega em geral, interferindo diretamente no seu florescimento cultural. Grandes nomes da cena grega, como Aquiles, Platão, Aristóteles e Alexandre Magno foram identificados com comportamentos homossexuais.

Para Foucault (1984), a sexualidade humana manifesta-se através de padrões culturais historicamente construídos e determinados, e a sociedade se incumbe de reforçá-los. No decorrer da história, a sexualidade foi vivida e experienciada por culturas e períodos de abertura sexual intercalados a momentos de recato e de privações sexuais. Foucault (1984) também evidencia a relação entre a sexualidade e os mecanismos de poder (a sociedade burguesa e capitalista) num período – fomentado a partir do séc. XVII e acentuado na metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, até chegar ao séc. XX – em que manifestações sexuais que não servissem à finalidade (re)produtora eram marginalizadas e consideradas desviantes. Segundo o autor, a sexualidade tinha em vista, sobretudo, o reabastecimento da força de trabalho, ou seja, a manutenção da mão de obra.

Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? O sexo e seus efeitos não são, talvez, fáceis de decifrar; em compensação, assim recolocada, sua repressão é facilmente analisada. E a causa do sexo – de sua liberdade, do seu conhecimento e do direito de falar dele – encontra-se, com toda legitimidade, ligada às honras de uma causa política: também o sexo se inscreve no futuro. (FOUCAULT, 1984, cap. I).

Os estudos de Foucault (1984) dão contorno a uma virada na crítica da história da sexualidade. Embora haja registros bastante antigos de comportamentos sexuais fora da heteronormatividade, a presença do Estado na vida sexual impôs leituras reducionistas e criminalizantes dos sexos dissidentes. Leituras estas que foram endossadas pela Psiquiatria na década de 1940; conforme Laurenti (1984), o termo homossexualismo passou a existir na Classificação Internacional de Doenças (CID) a partir da 6ª Revisão (1948), na Categoria 320 Personalidade Patológica, como um dos termos de inclusão da subcategoria 320.6 Desvio Sexual.

Foucault (1984) relaciona essas leituras ao poder e às formas de dominação das classes trabalhadoras. O moralismo estatal tenciona e chancela a criminalização das mais variadas manifestações de desejo. Embora a homossexualidade esteja imbricada na história humana, o Estado a abafa como método de manipulação e subjugação da força de produção.

Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais – tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada. (FOUCAULT, 1984, cap. I).

Fry e Mac'Era (1983) fazem lembrar que homossexuais capturados pelas forças alemãs, em 1937, eram identificados com triângulos rosas e enviados aos campos de concentração. Rubin (1992) traz ao debate as relações entre ideologia sexual e experiência sexual; entre o movimento de liberação gay e o *establishment*; entre a associação dos dispositivos de opressão que produzem as ideologias sexuais e as políticas disfarçadas de cultura da época.

O sistema sexual não é uma estrutura monolítica e onipresente. Travam-se incessantes batalhas quanto a definições, avaliações, acordos, privilégios e custos do comportamento sexual. A luta política sexual assume formas bastante específicas. A ideologia sexual tem um papel fundamental na experiência sexual. Em consequência, as definições e avaliações do comportamento sexual são objeto de acerbada disputa. Os confrontos entre o movimento de liberação gay, em seus primórdios, e o *establishment* psiquiátrico são o melhor exemplo desse tipo de luta, mas há constantes escaramuças. Acontecem batalhas recorrentes entre os principais produtores da ideologia sexual – as igrejas, a família, os psiquiatras e psicanalistas e a mídia – e os grupos cuja experiência eles rotulam, distorcem e ameaçam. (RUBIN, 1992, p. 46).

A bíblia traz a concepção de “heterossexualidade universal”, uma compreensão de que Deus criou o homem para a mulher e a mulher para o homem, para que eles se unissem por toda a vida e procriassem (Gn 1). Mas este livro foi escrito quando o povo de Israel era prisioneiro na Babilônia. Israel era uma nação minoritária, de modo que o livro não foi escrito para todas as nações que existiam até então, mas para que os israelitas sobrevivessem e continuassem existindo como nação, cultura e religião.

Entretanto, a chamada heterossexualidade universal foi transferida para a tradição cristã, de modo que as interdições feitas aos israelitas – como a proibição de aderir aos costumes de outros povos (a exemplo do homoerotismo) – foram herdadas pelo cristianismo. Alguns escritos do apóstolo Paulo (Rm 1,22-32; 1 Cor 6,9b-10) evidenciam essa herança em forma de chamada de atenção às comunidades as quais seus textos eram recomendados.

Pretes e Vianna (2007) consideram que, na antiguidade greco-romana, a prática sexual não classificava o sujeito. Isso só passa a acontecer com a tradição judaico-cristã e o conceito de sodomia¹, originado da tentativa de estupro dos hóspedes do patriarca

¹ Segundo o dicionário *Michaelis*, sodomia é a “relação sexual anal entre homossexuais masculinos ou entre um homem e uma mulher”. Cf.: TREVISAN, Rosana (ed.). *Michaelis*:

Ló. O livro do Gênesis (Gn 19) narra que esse fato despertou a ira divina, e Deus, como castigo, destruiu as cidades de Sodoma, Gomorra e toda a região, junto com seus habitantes. A tentativa, considerada pecado grave, foi associada ao homoerotismo e permaneceu por séculos sob a sentença de pecado nefando², criminalizado e reprimido duramente. Aqueles que eram considerados culpados por práticas homoeróticas eram julgados pelo tribunal eclesiástico e entregues ao poder civil para serem punidos com prisão e até pena de morte.

Por isso, o pecado de Sodoma foi, logo no primeiro século, identificado com o homoerotismo; e a sodomia – daí a origem do termo – passa a ser criminalizada quando o cristianismo se torna uma religião dominante no final do Império Romano e na Idade Média. O estigma da criminalização, segundo Rubin (1992), perdurou e implicou duras penas.

Susan Sontag certa vez comentou que uma vez que o cristianismo “considerou o comportamento sexual como a raiz da virtude, todas as coisas a ele relacionadas se tornaram um caso especial em nossa cultura”. A legislação relativa a sexo incorporou a crença religiosa de que o sexo herético é um pecado especialmente hediondo, que merece a mais rigorosa punição. Ao longo de quase toda a história da Europa e da América a simples penetração anal, praticada de comum acordo pelos parceiros, era motivo para execução. [...] As leis sobre a sodomia, como disse acima, baseiam-se na ideia de que os atos proibidos são “um abominável e detestável crime contra a natureza.” A criminalidade é intrínseca aos próprios atos, independentemente dos desejos dos participantes. (RUBIN, 1992; pp. 21; 64).

Apesar de a incursão cristã associar a sodomia à homossexualidade, a primeira não é consequência (e tampouco exclusiva) da segunda, já que a sodomia também é identificada na única relação normativa considerada possível pelo cristianismo: a heterossexual, conjugal, dentro do escopo familiar e com finalidade reprodutiva.

Segundo o sistema sexual de valores, a sexualidade “boa”, “normal” e “natural” deveria ser, em termos ideais, heterossexual, conjugal, monogâmica, reprodutiva e não comercial. Deveria ocorrer num casal, no contexto de uma relação afetiva, entre pessoas da mesma geração e dentro de casa. Deve excluir a pornografia, objetos de fetiche, brinquedos sexuais de qualquer espécie, e papéis que não os de homem e mulher. Qualquer forma de sexo que viole essas regras é “má”, “anormal” ou “não natural”. O mau sexo é homossexual, fora do casamento, promíscuo, não visa à reprodução ou é comercial. Ele pode ser masturbatório ou acontecer em orgias, pode ser ocasional, praticado entre pessoas de gerações diferentes, pode ocorrer “em público”, no mato ou em saunas. Ele pode fazer uso de pornografia, objetos de fetiche, brinquedos sexuais ou papéis não convencionais. (RUBIN, 1992, p. 24-25).

dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 14 junho 2017.

² Segundo o mesmo dicionário, *nefando* é algo “não merecedor de se nomear, abominável; que denota perversidade; que revela aversão por qualquer religião; que tem má índole”.

O termo “homossexual” é criado no séc. XIX, a fim de retirar o homoerotismo do âmbito religioso e moral. Contudo, ele é assimilado pelo âmbito médico e denominado como patologia, ou seja, deixa de ser considerado um pecado nefando e passa a ser tachado como doença.

Em 1870, conforme Guimarães (2009), um texto de Westphal intitulado “As Sensações Sexuais Contrárias” definiu a homossexualidade, a partir da perspectiva psiquiátrica, como desvio sexual, inversão do masculino e do feminino. Desde então, no ramo da Sexologia, a homossexualidade foi descrita como forma emblemática de degeneração. “Por fim, a Organização Mundial de Saúde revê seu posicionamento e deixa de considerar a homossexualidade como doença, publicando, em 1992, o décimo Código Internacional de Doenças (CID-10)” (MARQUES, 2014, p. 243). Apesar de a despatologização da homossexualidade ser recente do ponto de vista histórico, ela permanece no imaginário popular como perversão, desvio do padrão natural, doença e pecado.

A partir dos movimentos de liberação homossexual, após o incidente de Stonewall³, emergiu o termo *gay* como meio de apagar o teor psiquiátrico por trás da palavra homossexual. Dessa forma, *gay* é um termo politizado, de militância e menos estigmatizante. A homofobia, ou aversão à homossexualidade, ainda está presente na cultura porque ela continua sendo concebida pelo que o senso comum diz ser “normal” ou “anormal” de acordo com o entendimento social presente em determinado período, contexto e momento histórico.

Na obra *Microfísica do poder*, de Foucault (1998), há uma passagem em que o autor reflete sobre as instâncias do sexo e da sexualidade e sobre a correspondência destes dois com o discurso vigente à época – discurso do qual tanto o sexo como a sexualidade sofrem influência –, fazendo-nos crer que, para além dos aspectos subjetivos que modelam as formas de apropriação da sexualidade, a sexualidade mesma não poderia ser fixa nem constituir identidades fixas. Nesse sentido, não conviria falar em sexualidade ou homossexualidade, mas sim em sexualidades e homossexualidades, já que não existem padrões rígidos, absolutos e imutáveis para essas concepções.

No começo, o sexo era um dado prévio e a sexualidade aparecia como uma espécie de formação ao mesmo tempo discursiva e institucional, articulando-se com o sexo,

³ Stonewall Inn é um bar *gay* recreativo localizado no bairro de Greenwich Village, na Ilha de Manhattan, em Nova York, nos Estados Unidos. O local foi palco de confrontos iniciados na manhã de 28 de junho de 1969, entre LGBT+ e policiais que rotineiramente faziam investidas em bares *gays*. A tensão resultou em protestos que se seguiram durante vários dias e na organização de grupos ativistas que defendiam o direito de os homossexuais frequentarem qualquer ambiente sem medo de serem reprimidos ou presos. Esse acontecimento marcou o início do movimento de reivindicação dos direitos LGBT+ e inspirou a Marcha do Orgulho *Gay* em todo o mundo. A marcha (ou Parada *Gay*, como é conhecida no Brasil) celebra a diversidade e postula a igualdade de direitos, que não devem ser desconsiderados por conta das diferenças e expressões de sexualidade. Em 24 de junho de 2016, o então presidente dos EUA, Barack Obama, oficializou o Stonewall Inn como monumento nacional. [Nota dos autores].

recobrando-o e mesmo o ocultando. [...] Mas dizia a mim mesmo: no fundo, será que o sexo, que parece ser uma instância dotada de leis, coações, a partir de que se definem tanto o sexo masculino quanto o feminino, não seria ao contrário algo que poderia ter sido produzido pelo dispositivo de sexualidade? O discurso de sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações interindividuais etc. [...] Um conjunto heterogêneo que estava recoberto pelo dispositivo de sexualidade que produziu, em determinado momento, como elemento essencial de seu próprio discurso e talvez de seu próprio funcionamento, a ideia de sexo. (FOUCAULT, 1998, p. 258-259).

Guimarães (2009) considera que os discursos que enunciam as sexualidades ainda estão vinculados a noções moralistas. É necessário que haja uma desvinculação dessas concepções para que a heterossexualidade não seja endossada como única forma legítima de se relacionar com o outro, mas seja vista com uma possibilidade entre tantas.

2 Breve contextualização sobre a história brasileira da homossexualidade

A homossexualidade enfrenta seus primeiros embates no Brasil mesmo antes da formação de uma identidade nacional, com a colonização dos povos europeus, principalmente com os portugueses. Recém-chegados à região geográfica que hoje compreende o país, os portugueses não demoraram a identificar hábitos homoafetivos entre os nativos, que os praticavam movidos pelo desejo, em rituais religiosos, rituais de cura e de passagem, de modo que esse tipo de relação, segundo Fry e Mac'Era (1983), gozava do consentimento e aprovação dos povos indígenas que o naturalizaram em sua cultura, a exemplo dos índios guaiáqui.

O mesmo aconteceu com os escravos negros africanos trazidos para servirem como mão de obra nos empreendimentos da colônia. Relações homoafetivas são identificadas entre eles e também entre eles e os “senhores brancos”. Segundo Freyre (1998, p. 165), “nem todos os filhos dos senhores procuravam as negras; alguns meninos iniciavam-se sexualmente com os escravos chamados ‘leva-pancadas’”. Para o autor, “não há escravidão sem depravação sexual. É essência mesma do regime” (Ibidem, p. 341).

A configuração catequética da exploração portuguesa trouxe consigo o regime católico e as interdições próprias do catolicismo, o que, à época, incluía a reprovação e punição de qualquer manifestação homoafetiva. Segundo Mott (2001, *apud* Guimarães 2009), a homossexualidade era equiparada à traição nacional. Na legislação metropolitana, à época da descoberta do Brasil, está escrito:

Dentre todos os pecados, bem parece ser o mais torpe, sujo e desonesto o pecado de sodomia, e não é achado um outro tão aborrecido ante a Deus e o mundo, pois por ele não somente é feita ofensa ao Criador da natureza, que é Deus, mas ainda se pode dizer que toda a natureza criada, assim celestial como humana, é grandemente ofendida. (Ordenações Afonsinas, Livro V, Título XVII, *apud* AGUIAR, 1926, p. 519).

Até hoje, homossexuais sofrem com prejuízos legados do extremismo religioso e do diagnóstico médico de tempos passados. As questões que envolvem a sexualidade permaneceram quase intocadas até a década de 1970, quando o movimento homossexual brasileiro⁴ ganha volume e passa a se ocupar de manifestações sócio-político-culturais em favor do patrocínio da diversidade sexual e a lutar pelo reconhecimento público da sua identidade e dos seus direitos.

Com o Ato Institucional Número 5 (AI-5) e a repressão mais rígida a partir de 1969, iniciou-se um terror dentro dos setores sociais mais politizados, que se intimidaram em organizar contestações à ditadura. Quando as organizações homossexuais surgem internacionalmente na Europa e nos Estados Unidos, é impossível imaginar a articulação desse tipo de atividade no Brasil, devido à repressão, à tortura e à dificuldade de mobilizar passeatas, protestos e reivindicações.

O grupo de afirmação homossexual *Somos*, fundado em 1978 na capital paulista, buscou dialogar com vários setores sociais, entre eles o Movimento Operário que estava surgindo e o Movimento Estudantil, a fim de encorajar a urgência de uma postura política nova para o Brasil. Historicamente, houve repressão massiva contra homossexuais no país, que resultou em marginalização social e reafirmação tanto da ideologia católica contra a homossexualidade, como da noção heteronormativista dos papéis de gênero socialmente apropriados.

Não é intenção deste artigo tratar de questões de gênero, o que implicaria abordagens e pesquisas mais amplas e distintas. Contudo, destacaremos uma dessas questões – sintetizada por James Green na obra *Além do Carnaval* – referente à incursão dos papéis de gênero na dinâmica homossexual, nutrida pelas relações de dominação do masculino sobre o feminino. Dinâmica esta que, até hoje, povoa o imaginário brasileiro, com ênfase nas relações homossexuais masculinas.

Até muito recentemente, quando um incipiente movimento político de gays e lésbicas começou a desafiar os estereótipos reinantes, a média dos brasileiros confundia homossexualidade masculina com efeminação. Segundo antropólogos, a preponderância dessa ideia é resultado do sistema de gêneros brasileiro, hierarquicamente estruturado, que divide os homens que se envolvem em atividades homoeróticas em duas categorias – o homem (o homem “verdadeiro”) e o bicha. Essa oposição binária espelha as categorias de gênero predominantes e definidas heterossexualmente, o homem e a mulher, nas quais o homem é considerado o participante “ativo” numa relação sexual e a mulher, por ser penetrada, o elemento “passivo”. (GREEN, 2000, pp. 27-8).

Quando surge o movimento organizado e o “Lampião da Esquina”, primeiro jornal gay a circular no país, editado por Aguinaldo Silva, o governo tenta fechar o

⁴ A partir deste ponto do texto, as considerações históricas sobre a homossexualidade no Brasil são referenciadas na entrevista do estadunidense James Green, pesquisador e professor de História do Brasil na Brown University. In: James Green e a História do Movimento LGBT. Canal Analfabeto Político [on-line: YouTube], 23 jun. 2015, 8’52. Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=WaoVlzVDrMs>». Acesso em: 19 maio 2020.

periódico por meio da Lei da Imprensa (Lei Ordinária 5.250 de 9 de fevereiro de 1967, sancionada pelo então presidente Marechal Castello Branco). A alegação era a de que a publicação violava a moral e os bons costumes. Na edição experimental do jornal, lê-se no editorial intitulado “Saindo do Gueto”:

É preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. (*Lampião da Esquina*, Edit., abril, 1978).

Falcão (2009) afirma que o Movimento Homossexual Brasileiro trata de uma série de manifestações sócio-político-culturais em favor do reconhecimento da diversidade sexual e da promoção dos interesses dos homossexuais diante da sociedade brasileira.

Depois do grupo de afirmação homossexual Somos/SP vieram o Somos/RJ, Atobá, Triângulo Rosa e Grupo Arco-íris do Rio de Janeiro, Grupo Gay da Bahia, Dialogay de Sergipe, Um Outro Olhar de São Paulo, Grupo Dignidade de Curitiba, Grupo Gay do Amazonas, Grupo Lésbico da Bahia, Nuances de Porto Alegre, e outros. Atualmente, existem mais de 70 grupos espalhados por todo o Brasil. (FALCÃO, 2009, *online*).

O Movimento Homossexual, que vinha se consolidando, organizou um ato público em frente ao Teatro Municipal de São Paulo no dia 13 de junho de 1980. Os manifestantes, que se concentraram nas escadas do teatro, decidiram marchar pelas ruas da região central. Muitos consideram esse episódio como o início da Parada Gay de São Paulo.

Segundo Naísa (2016), em 25 de junho de 1995 mobilizaram-se várias passeatas em diferentes cidades brasileiras. Estas passeatas reuniram milhares de pessoas e foram consideradas o primeiro movimento precursor da Parada Gay no Brasil. A partir desse marco, os homossexuais ganham, progressivamente, mais visibilidade e afirmação e ampliam o debate em torno de suas questões, a fim de buscarem mais integração com a sociedade e garantias de direitos iguais, como a participação em instituições de ensino superior.

3 Dados referentes às questões de sexualidade⁵ homoafetiva no Centro Universitário de Patos de Minas

O formato dos questionários aplicados no desenvolvimento deste artigo é baseado no modelo de pesquisa quantitativa (com questões fechadas de múltipla escolha), que prevê a mensuração de variáveis preestabelecidas, a fim de verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise de frequência de incidências e de correlações estatísticas (CHIZZOTTI, 1991).

Para que a relação amostral dos diferentes públicos do UNIPAM oferecesse resultado satisfatório e válido, as respostas seguiram as seguintes operações: 305 *alunos*⁶, de um total de 10 mil, responderam ao questionário; 70 *professores*⁷, de um total de 404; e 140 *colaboradores*⁸, de um total de 457. Esses públicos responderam questionários direcionados de acordo com suas especificidades. Os dados a seguir são um resumo dos dados gerais apresentados nos gráficos que serão expostos mais adiante.

A respeito dos alunos, 37% já presenciaram alguma manifestação preconceituosa no ambiente acadêmico devido à orientação sexual de outra pessoa; 48,9% afirmam que o centro universitário não aborda assuntos relacionados a questões de gênero, enquanto 17,7% não se lembram de ouvir falar do assunto; e 60% acreditam que a Instituição precisa discutir questões de sexualidade.

Em relação aos professores, 58,6% disseram não receber orientação sobre questões de sexualidade por parte da Instituição; 30% deles já presenciaram alguma

⁵ É preciso esclarecer que à época da produção tanto da parte teórica como dos questionários desta pesquisa (2017), os autores usaram o termo “gênero” com sentido equivalente ao termo “sexualidade”. No entanto, os “estudos de gênero” se filiam aos papéis masculino e feminino (demarcadores biológicos) associados ao homem e à mulher, e ao quão determinantes esses papéis são dentro dos variados contextos sociais dos quais homens e mulheres participam (família, trabalho etc.). Os “estudos de sexualidade”, por sua vez, identificam-se com os comportamentos associados ao sexo, à atração sexual, ao prazer e ao desejo (demarcadores psicológicos). Esses comportamentos se vinculam a possibilidades variadas, que se manifestam em relações hetero, homo, bissexuais, transexuais, mono, bi, poligâmicas etc. A partir dessas considerações, a abordagem que compreende melhor a proposta deste artigo é, portanto, a dos estudos de sexualidade. Em 2020, o presente artigo passou por revisões que visaram esclarecer esta e outras imprecisões conceituais. As revisões se estenderam, inclusive, às referências bibliográficas. Contudo, para que se mantivesse a autenticidade das pesquisas relacionadas aos formulários, optou-se pela permanência do termo “gênero”, assim como pela preservação de todos os aspectos originais dos formulários.

⁶ Para responder ao questionário, o aluno deveria ser matriculado em um dos 30 cursos de graduação presencial do UNIPAM, independentemente do turno, ser maior de 18 anos e ter chegado pelo menos à metade da graduação. Para cada curso do UNIPAM, dez alunos de uma turma amostral responderam ao questionário.

⁷ Para responder ao questionário, o professor deveria ter carga horária semanal de pelo menos dez horas e atuar nos cursos presenciais de graduação do UNIPAM.

⁸ Para responder ao questionário, o colaborador deveria ser contratado por meio da CLT, estar ligado a funções acadêmicas ou administrativas, ter pelo menos seis meses de registro profissional formal comprovados na Instituição.

manifestação preconceituosa no ambiente acadêmico devido à orientação sexual de outra pessoa; e 70% não falam sobre questões de sexualidade em sala de aula, por não verem necessidade ou por considerarem não caber na disciplina que lecionam.

Sobre os colaboradores, 72,1% disseram não receber orientação sobre questões de sexualidade por parte da Instituição; 21,4% já presenciaram alguma manifestação preconceituosa no ambiente acadêmico devido à orientação sexual de outra pessoa; e 27,1% acreditam que o Centro Universitário (diretores, gestores e colaboradores) não é esclarecido ou não vê necessidade de abordar assuntos relacionados a questões de sexualidade.

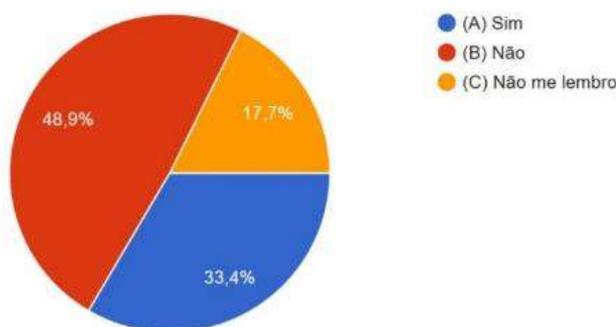
Após definição dos critérios de inclusão/exclusão de cada segmento, definiu-se qual seria a abrangência da amostra. Ferramenta de cálculo: Comentto⁹ (plataforma utilizada para pesquisas de satisfação e opinião, com resultados apresentados em tempo real). Ferramenta para tabulação e organização gráfica dos dados: Google Formulários¹⁰.

Uma forma eficiente de reverter o cenário exposto pelos resultados dos questionários aplicados no Centro Universitário de Patos de Minas é a utilização de estratégias de comunicação organizacional integrada, vinculadas à área de jornalismo empresarial.

4 Pesquisa geral: alunos

1) A sua universidade fala de questões de gênero em sala de aula, simpósios, semanas acadêmicas, palestras, congressos e outros?

305 respostas

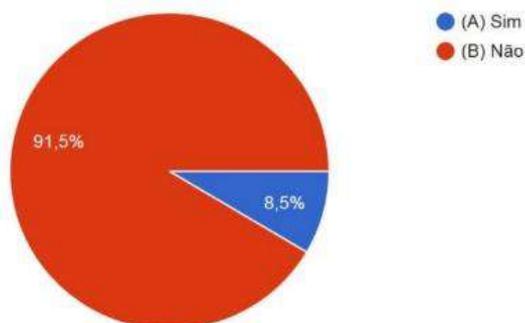


⁹ Cf.: Disponível em: <https://comentto.com/>. Acesso em: 14 jul. 2017.

¹⁰ Cf.: Disponível em: <https://docs.google.com/forms/>. Acesso em: 14 jul. 2017. Obs.: para produzir um formulário de pesquisa é necessário cadastro no Google; para responder a um formulário, não.

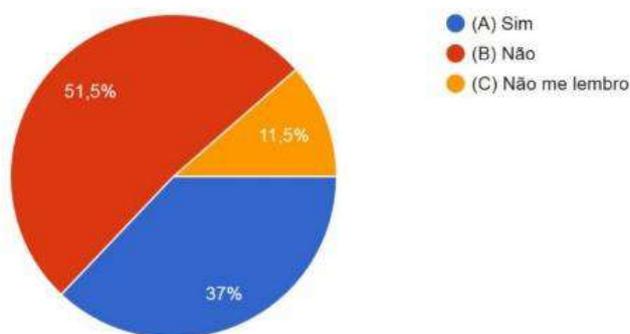
2) Você já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação na universidade por causa da sua orientação sexual?

305 respostas



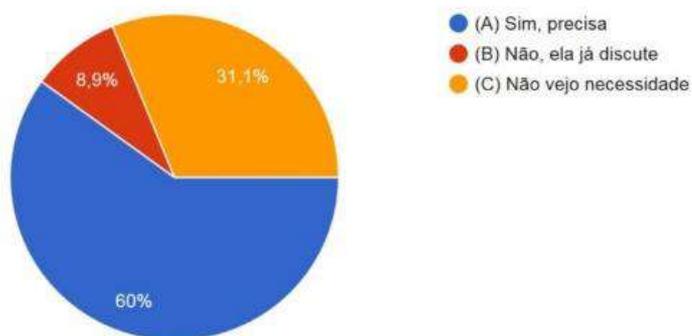
3) Você já presenciou alguma manifestação preconceituosa com outra pessoa na universidade por causa da orientação sexual dela?

305 respostas



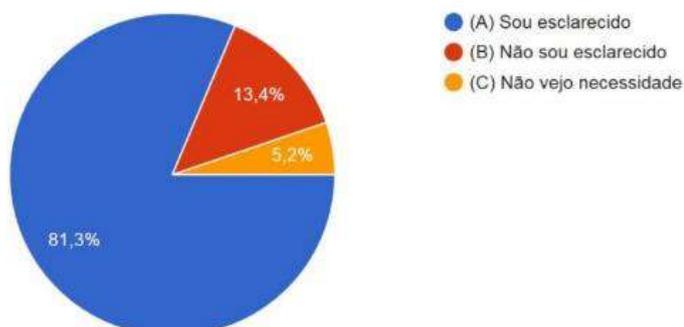
4) A Universidade em que você estuda precisa discutir questões de gênero

305 respostas



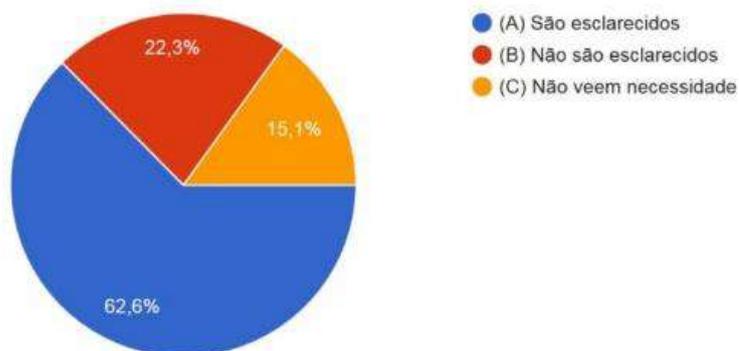
5) Você se considera esclarecido sobre esse assunto?

305 respostas



6) Você considera seus professores esclarecidos sobre esse assunto?

305 respostas



População: 10 mil estudantes do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM)

Erro amostral: 5%

Nível de confiança: 95%

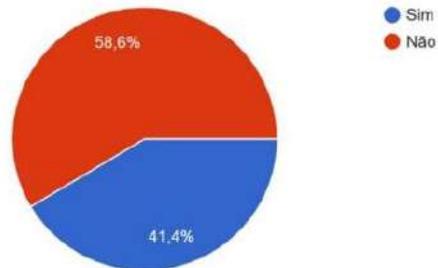
Distribuição da população: mais homogênea (80/20)

Tamanho da amostra: 240 a 300 estudantes (superada)

5 Pesquisa geral: professores

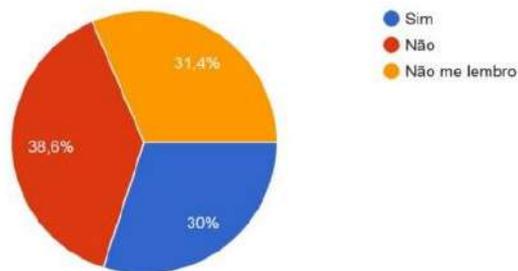
1) Você recebe orientação sobre questões de gênero na instituição em que você trabalha?

70 respostas



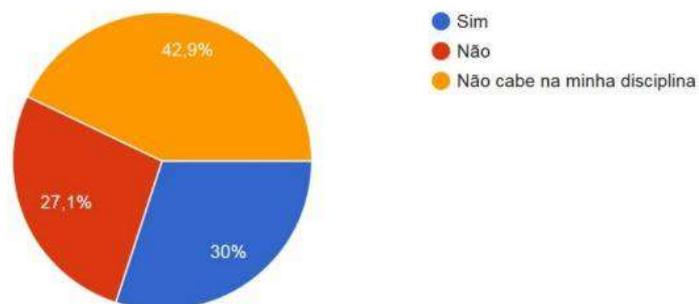
2) Você já presenciou alguma manifestação preconceituosa com outra pessoa na universidade por causa da orientação sexual dela?

70 respostas



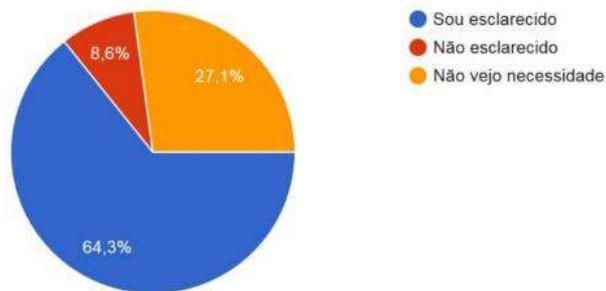
3) Você discute questões de gênero com seus alunos em sala de aula?

70 respostas



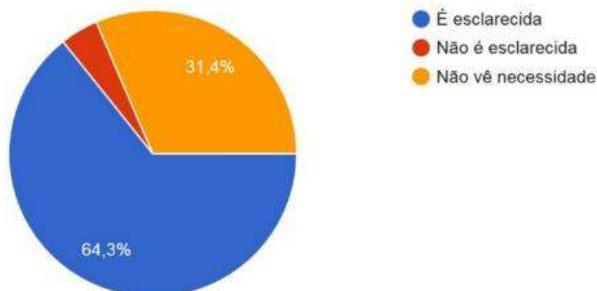
4) Você se considera esclarecido sobre esse assunto?

70 respostas



5) Você considera a instituição de ensino em que você trabalha (diretores, gestores, funcionários) esclarecida sobre o assunto?

70 respostas



População: 404 professores do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM)

Erro amostral: 5%

Nível de confiança: 95%

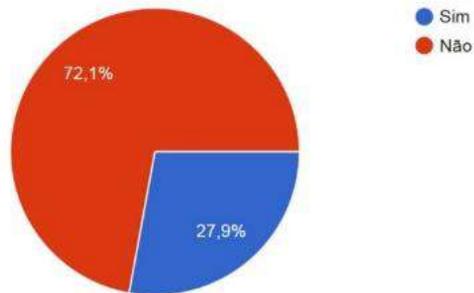
Distribuição da população: mais homogênea (80/20)

Tamanho da amostra: 100 a 150 professores (não atingida)

6 Pesquisa geral: colaboradores

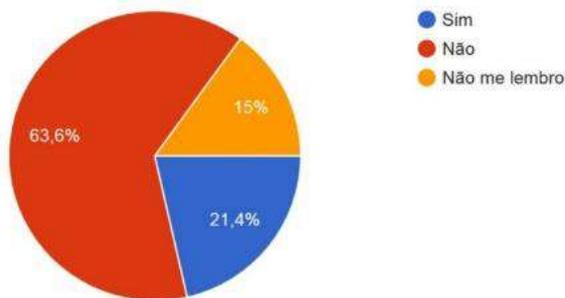
1) Você recebe orientação sobre questões de gênero na instituição em que você trabalha?

140 respostas



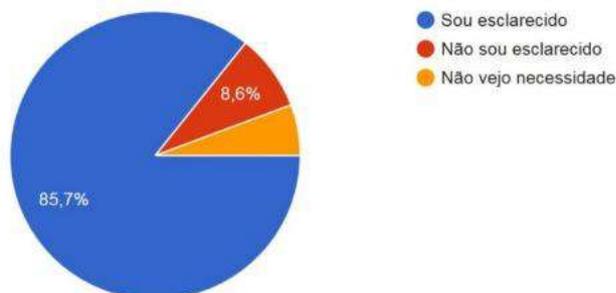
2) Você já presenciou alguma manifestação preconceituosa com outra pessoa na universidade por causa da orientação sexual dela?

140 respostas



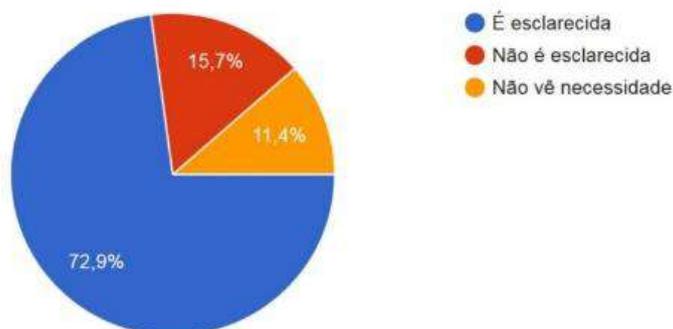
3) Você se considera esclarecido sobre esse assunto?

140 respostas



4) Você considera a instituição de ensino em que você trabalha (diretores, gestores, colegas) esclarecida sobre o assunto?

140 respostas



População: 457 colaboradores do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM)

Erro amostral: 5%

Nível de confiança: 95%

Distribuição da população: mais homogênea (80/20)

Tamanho da amostra: 110 a 160 colaboradores (atingida)

7 Comunicação organizacional integrada aplicada às instituições de ensino superior

O ambiente acadêmico é um espaço favorável à exposição e ao debate de ideias, em que estudantes do ensino superior normalmente se sentem mais à vontade para declarar suas escolhas, tendências e preferências. Estudos desenvolvidos por Costa e Vanin (2011), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), mostram que alunos conversam com suas famílias sobre questões de sexualidade e orientação sexual após ingressar no ensino superior. Assumir uma sexualidade considerada dissidente para a sociedade e para a família tende a ser menos complicado após o contato com o ambiente universitário, em que as divergências de opiniões são mais bem aceitas e a liberdade de expressão menos carregada de julgamentos.

Do ponto de vista empresarial, a partir do momento em que a instituição de ensino superior oferece ao aluno, além da formação acadêmica e profissional, um espaço para formação e ressignificação, isso pode ser interpretado como uma proposta de valor institucional. Conforme Keller e Kotler (2006), uma empresa precisa entregar aos seus clientes – neste caso, estudantes universitários – algo que transcenda a concepção de produto/serviço, o que no Marketing é conhecido como valor. Isso significa que determinado produto/serviço deve ser consumido por oferecer um estilo próprio, um conceito único, que se adapte à realidade do público-alvo.

Aplicando esses conceitos ao ambiente universitário, é possível dizer que as universidades (este trabalho considera apenas as instituições privadas) podem agregar a concepção de liberdade de expressão da sexualidade como algo a ser explorado com o objetivo de atrair novos públicos, já que os homossexuais também consomem serviços de ensino superior.

Se, por um lado, as universidades públicas são mais propensas a elaborar meios que viabilizam o diálogo e o convívio com esses públicos, por outro, as instituições particulares ainda engatinham nessa tarefa. Nos ambientes acadêmicos públicos, a atenção dispensada às “minorias” é resultado de construções socioculturais e políticas, já que eles estão naturalmente ligados a programas sociais dos Governos Federal e Estadual.

Na rede de ensino superior privada, embora também existam discussões político-sociais, as características da formação curricular são outras e caminham alinhadas ao mercado, com aspectos mais corporativos. Por isso, discussões que envolvem a inclusão social são menos presentes e pouco exploradas do ponto de vista mercadológico em instituições particulares.

Este artigo considera as universidades privadas como empresas que buscam, além de lucro, propósitos específicos, como reconhecimento de marca, crescimento, maior penetração no setor de educação e transformação da sociedade. Os estudantes são considerados como público-alvo, ou seja, clientes/consumidores.

Quem busca formação superior visa a algum propósito, que pode ser o crescimento profissional, o desenvolvimento intelectual ou um espaço para se expressar e se engajar no campo das ideias e no campo pessoal. Consideramos os alunos homossexuais das universidades particulares como um *nicho* do mercado educacional. Segundo Keller e Kotler (2006, p. 238), “um nicho é um grupo definido mais estritamente que procura por um *mix* distinto de benefícios”.

Entre os benefícios que esse grupo busca, estão principalmente o respeito, a aceitação e o acolhimento. Além dos esforços de Marketing – que não são objeto de estudo deste artigo –, ações estratégicas de *comunicação organizacional integrada*¹¹ podem ser eficazes.

Com a evolução e a sofisticação da área de comunicação, sobretudo nas grandes empresas, ela foi assumindo um novo *status* e um caráter estratégico. As mais diferentes terminologias passaram a ser usadas para designar essa área, que era caracterizada indistintamente por adjetivos como social, empresarial, organizacional, corporativa, institucional, mercadológica, quando não se caía no simples reducionismo de considerar tão-somente a comunicação interna e externa. Independentemente da terminologia básica que se adote, existem diversas formas de organizações se manifestarem por meio de sua comunicação e do seu comportamento institucional. Sua arquitetura, por exemplo, também é

¹¹ Em linhas gerais, comunicação institucional integrada pode ser compreendida como a junção de todos os esforços de comunicação desenvolvidos no ambiente empresarial. Dentre os quais se destacam: a comunicação institucional, a comunicação mercadológica, a comunicação interna e a comunicação administrativa, que juntas formam o composto da comunicação organizacional (KUNSCH, 2003). Esse conjunto tem a função de melhorar os fluxos comunicacionais da empresa e facilitar a transmissão da mensagem institucional entre os públicos que compõem o ambiente corporativo – público interno e público externo. “São essas formas de comunicação que permitem a uma organização se relacionar com seu universo de públicos e com a sociedade em geral” (KUNSCH, 2003, p. 150). A aplicação desses conceitos transfere aos ambientes de trabalho e aos colaboradores o sentimento de pertença, aceitação e participação; e, do ponto de vista da empresa, a expansão da mensagem institucional, ou seja, sua missão, visão e valores.

uma forma de comunicação. Em nosso conceito de comunicação “organizacional”, como dissemos, se incluem as modalidades em que podemos estabelecer relações confiantes com seus públicos. (KUNSCH, 2003, p. 152).

Estabelecer relação de confiança com o público homossexual nas universidades é uma forma de propagar a mensagem institucional entre o público-alvo de forma espontânea, ou seja, sem esforços pesados e dispendiosos de publicidade. Vale destacar que os homossexuais não são apenas estudantes, eles também compõem o mercado de trabalho e participam dele como gestores, administradores e colaboradores nas universidades públicas e privadas.

Para aplicar esforços de comunicação organizacional integrada – neste caso, a inclusão do público homossexual nas universidades –, é preciso inserir na mensagem institucional o papel inclusivo da instituição. Feito isto, a comunicação organizacional integrada passa a retransmitir a mensagem aos públicos interno e externo, até chegar à comunidade como um todo e se converter num fluxo natural de informação. A empresa passará a assumir o caráter inclusivo e, conseqüentemente, sua imagem será percebida de modo positivo.

Segundo alguns teóricos, as empresas possuem papel formador na sociedade e, desse modo, devem se ajustar às novas tendências – a inclusão é uma delas – e propagar informações de dentro para fora da corporação. Nas instituições privadas de ensino superior, não é diferente; elas devem incentivar práticas inclusivas e se valer destas mesmas práticas para atrair o *nicho* formado pelo público homossexual. A exclusão ou indiferença em relação às “minorias” pode acarretar prejuízos e desperdício de uma fatia do mercado que cresce a cada dia.

Por exercer um papel estratégico nas organizações, a comunicação organizacional integrada tende a transformar o espaço acadêmico por meio da promoção e disseminação de informações para seus públicos interno e externo. Uma mensagem institucional contra a homofobia, contra o preconceito e a favor da inclusão e do respeito pode contribuir para que os homossexuais se sintam incluídos no ambiente educacional. A comunicação organizacional integrada é eficiente porque difunde e fixa informações dentro das corporações, conforme explica Margarida Kunsch:

A importância da comunicação integrada pode ser analisada do lado dos empregados e do lado das organizações. [...] O indivíduo, antes de ser um empregado, é um ser humano, um cidadão que merece ser respeitado e considerado. A comunicação interna deve contribuir para o exercício da cidadania e para a valorização do homem. Quantos poderão ser acentuados e descobertos mediante um programa comunicacional participativo! A oportunidade de se manifestar e comunicar livremente canalizará energias para fins construtivos, tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional. Se considerarmos que a pessoa passa a maior parte do seu tempo dentro das organizações, os motivos são muitos para que o ambiente de trabalho seja o mais agradável possível. (KUNSCH, 2003, p. 159).

O raciocínio da autora também é válido para os estudantes, porque a universidade tem configuração semelhante à do ofício profissional para eles, com atividades, obrigações e horários estabelecidos. Embora os homossexuais representem um segmento de público diferenciado dentro do ambiente acadêmico, os esforços de comunicação integrada podem ser aplicados, a fim de atingir, de forma eficiente e equânime, todos os públicos que o compõem.

Vimos a necessidade dessa ferramenta bastante usada no jornalismo empresarial a partir de dados colhidos dos questionários aplicados no Centro Universitário de Patos de Minas no primeiro semestre de 2017. Todas as considerações apresentadas até aqui sobre a utilidade da comunicação organizacional concorrem para que cenários como o exposto anteriormente sejam revertidos com ações empreendidas no Centro Universitário e incentivadas por meio da elaboração de pesquisas como a deste artigo.

8 Conclusão

Entender os aspectos históricos da homossexualidade nos ajuda a compreender as raízes de um preconceito institucionalizado e hereditário, que se constrói e se desconstrói a partir de constatações políticas, científicas e éticas, e que não se fundamenta nos dias de hoje. As instituições de ensino superior devem ser espaços de disseminação de conhecimento e promoção de debates que valorizem a diversidade humana e a livre expressão de ideias. Acolher o outro na sua integralidade também inclui acolher a sua orientação sexual e expressão de sexualidade. Apoiada pelo jornalismo empresarial, a comunicação organizacional pode favorecer a disseminação de uma mensagem institucional de respeito e acolhimento, tornando o ambiente de ensino um espaço de crescimento do ponto de vista educacional, humano e social.

Referências

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

COSTA, Ana Alice Alcantara; VANIN, Alexnaldo Teixeira Iole Macedo (Orgs.). *Ensino e gênero: perspectivas transversais*. Salvador: UFBA - NEIM, 2011. 247 p.

FALCÃO, K. J. *Formação histórica da homossexualidade: um percurso marcado pela discriminação e pelo preconceito*. Rondônia, 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/formacao-historica-da-homossexualidade-um-percurso-marcado-pela-discriminacao-e-pelo-preconceito/13193/>. Acesso em: 13 junho 2017.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

- FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- FRY, Peter; MAC'ERA, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GOMES, Kelli. Felicidade no fim do arco-íris. In: HOMOSSEXUALIDADE na História. *Psique (Dossiê)*. [s. l.]. Editora Escola. Ano VII, n. 86, fev. 2013. p. 40.
- GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Unesp, 2000. 541 p.
- GREEN, James. *James Green e a História do Movimento LGBT*. Canal Analfabeto Político [on-line: YouTube], 12 jun. 2017, 8'52. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WaoVlzVDrMs>. Acesso em: 12 junho 2020.
- GUIMARÃES, A.F.P. O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades. *Temas em Psicologia, Ribeirão Preto*, v. 17, n. 2, 2009. p. 553-567.
- KELLER, Kevin Lane; KOTLER, Philip. *Administração de marketing*. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2006.
- KUNSCH, M. M. K. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. Ed. revista. São Paulo: Summus, 2003.
- LAMPIÃO da Esquina. Edição experimental – Número zero. Abril, 1978, Rio de Janeiro: circulação restrita. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 14 junho 2017.
- LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. *Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v. 18, n. 5, p. 344-347, out. 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101984000500002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 maio 2020.
- MARQUES, L. Homossexualidade, cultura e representações sociais: um breve percurso sobre a história de sua (des)patologização. [s. l.] *Poliantea*, n.18, p. 227-267, jan./fev., 2014.
- MOTT, L. *A Inquisição no Maranhão*. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1994.
- MOTT, L. História da Homossexualidade no Brasil. Cronologia dos Principais Destaques. *Anais do X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros*. Maceió, 2001.

NAÍSA, Letícia. *Relembramos como foi a primeira Parada LGBT do Brasil*. 2016. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/pge47g/primeira-parada-lgbt-do-brasil. Acesso em: 12 julho 2017.

PASSOS, E. *Palcos e plateias: as representações de gênero na faculdade de filosofia*. 1999. Monografia (Bacharelado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. *História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo*. Iniciação científica: destaques 2007, v.1, p. 314-392. Wolney Lobato, Cláudia de Vilhena Schayer Sabino, João Francisco de Abreu (Org.). Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008.

REGO, F. G. T. *Comunicação Empresarial / Comunicação Institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas*. São Paulo: Summus, 1986.

RUBIN, Gayle. *Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle Aina e HALPERIN, David. *The lesbian and gay studies reader*. London/New York, Routledge, 1992. Gayle S. Rubin, publicado pela primeira vez em VANCE, Carole S. (ed.) *Pleasure and danger: exploring female sexuality*, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/320876/mod_resource/content/1/Gayle%20Rubin,%20Pensando%20sobre%20sexo.doc. Acesso em: 17 maio 2020.

TREVISAN, Rosana (ed.). *Michaelis: dicionário brasileiro da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 14 julho 2017.